

BOLETIM 611

Brasília, 20 de julho de 2018

Centrais distribuem peças de divulgação do 'Dia do Basta'

As Centrais Sindicais intensificam os preparativos para o "Dia do Basta", em 10 de agosto. O movimento, também chamado de Dia nacional de mobilização e paralisações, ocorrerá em todo o País. Os atos serão encabeçados pela CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB, CGTB, Intersindical e CSP-Conlutas.

De acordo com circular distribuída pelas entidades, além da luta contra o desemprego, as Centrais irão exigir um basta nos aumentos de preço do gás de cozinha e dos combustíveis, à retirada de direitos da classe trabalhadora, às privatizações e ataques à democracia.

As Centrais também já produziram o material de divulgação padronizado, que deverá ser reproduzido pelos Sindicatos, Federações e Confederações. Além da exposição das peças nas redes de comunicação próprias de cada entidade, alguns materiais de convocação dos atos podem ser impressos e distribuídos nas bases.

Mobilização - O objetivo é organizar grandes manifestações, nas quais a classe trabalhadora possa expressar toda a sua indignação com o cenário de crise, com taxas de desemprego alarmantes, salários desvalorizados e o País sem rumo.



A classe trabalhadora dirá: - Basta! de desemprego, recessão e miséria. Um grito que fará ressoar com mais força a nossa agenda prioritária", afirmam as Centrais no material de divulgação das manifestações.

São Paulo - Uma grande manifestação na avenida Paulista, em frente à Fiesp, ocorrerá a partir das 10 horas, com a participação de várias categorias de trabalhadores e movimentos sociais.

Fonte: Agência Sindical



Que Congresso queremos na próxima legislatura?

Ou se renova a composição do Congresso ou as atuais práticas serão intensificadas na próxima legislatura. E não se pode confiar apenas na pressão da sociedade para impedir a repetição dos vícios e práticas atuais, que levarão inexoravelmente ao colapso do sistema representativo.

Antônio Augusto de Queiroz*

A composição do próximo Congresso, caso não haja mudança relevante no humor do eleitor, pode ser mais atrasada, fisiológica e pró-mercado do que a atual. Por isso, a importância de a esquerda e a centro-esquerda priorizar a eleição de deputados e senadores para impedir que o pior aconteça.

A prática política dos parlamentares acomodados em partidos de centro, centro-direita e direita, independentemente da visão ideológica do futuro presidente da República, vai continuar a mesma. Ou seja, eles vão tentar manter e até ampliar o balcão de negócios dos últimos 2 anos, tanto via partidos quanto por intermédio de bancadas informais, pelas razões a seguir.

Em 1º lugar porque o índice de renovação será menor que a média histórica das últimas eleições, com a reeleição da maioria absoluta dos atuais deputados, que estão viciados nessa forma de fazer política.

Em 2º lugar porque a pulverização partidária continuará enorme e os grandes partidos, com mais de 50 parlamentares, tendem a reduzir suas bancadas, dificultando a formação de maiorias por parte do governo.

Em 3º lugar porque as bancadas informais irão crescer, de 1 lado, estimuladas pelas “conquistas” que tiveram na atual legislatura, na qual o governo atendeu a praticamente todos os pleitos dos ruralistas, por exemplo, e, de outro, pelas facilidades da “janela partidária”, que fragiliza a fidelidade partidária, permitindo que o parlamentar mude de partido sem perda de mandato.

Realmente, o governo Michel Temer – para se livrar das denúncias e aprovar sua agenda impopular e antinacional – viciou os parlamentares, ao institucionalizar a troca de votos por favores e benefícios do Estado, especialmente renúncias e anistias fiscais.

Como decorrência do processo eleitoral, especialmente devido ao elevado absenteísmo no comparecimento às urnas, 2 mudanças constitucionais ganharão força no futuro Congresso: o fim do voto obrigatório e a candidatura avulsa.

No caso da extinção do voto obrigatório, 2 fatores – que estarão presentes no atual processo eleitoral – poderão ser determinantes.

O 1º é que quase metade dos eleitores irão se abster de votar, vão votar branco ou anular o voto, o que demonstrará a falência de obrigatoriedade do voto.

O 2º é que o baixo comparecimento dos eleitores fará com que os eleitos – presidente, governadores, senadores e deputados – passem a representar pouco mais de 1/3 da população, ampliando a crise de representatividade.

Sobre as candidaturas avulsas, 2 também fenômenos tendem a ser determinantes. O 1º será o crescimento, também do fortalecimento, das bancadas informais. O 2º, a “janela partidária”,



que permite ao parlamentar mudar de partido sem perda de mandato.

Em relação à agenda de reformas, esses parlamentares mais à direita do espectro político, por seus vínculos com o mercado, tendem a apoiar mudanças com viés liberal-fiscal, de 1 lado voltadas para o Estado mínimo e, de outro, direcionadas ao desmonte dos serviços públicos, ao corte de gasto público e à repulsa à criação ou majoração de tributos.

Num cenários desses ganha força a agenda de privatizações, a reforma administrativa, com terceirização, redução de órgãos e pessoal, e a reforma da Previdência, com ampliação da idade e do tempo de contribuição e com redução do benefício.

Para se contrapor às práticas, aos vícios e à agenda neoliberal, além da pressão da sociedade, é preciso a eleição de robusta bancada de centro-esquerda e esquerda, seja para dar respaldo a 1 governo comprometido com o interesse nacional e a proteção social, seja para fazer oposição a um governo liberal-fiscal.

A confirmação ou não dessas tendências e riscos depende do eleitor. Só a consciência dessa possibilidade é que poderá forçar o eleitor a escolher deputados e senadores que fujam a esse padrão. Ou se renova a composição do Congresso ou as atuais práticas serão intensificadas na próxima legislatura. E não se pode confiar apenas na pressão da sociedade para impedir a repetição dos vícios e práticas atuais, que levarão inexoravelmente ao colapso do sistema representativo.

(*) Jornalista e diretor de Documentação do Diap.

Fonte: Diap

Ciro apresenta diretrizes de governo, mas propostas podem incomodar bloção

Ainda na tentativa de conquistar o chamado bloção, **Ciro Gomes** lança na convenção que irá confirmar sua candidatura à Presidência da República pelo PDT, na sexta-feira, 12 diretrizes para um eventual governo, sem detalhes para poderem ser negociadas com possíveis aliados, mas as propostas podem incomodar os partidos do grupo.

No momento, lideranças e técnicos de partidos que podem se aliar a **Ciro**, principalmente do bloção — formado por PP, DEM, PR, PRB e SD—, têm discutido uma suavização no discurso do pedetista para a economia. Mas, para a convenção do PDT o documento, que ainda está em formatação, conterà apenas as ideias da legenda dele.

O presidente do PDT, **Carlos Lupi**, disse à Reuters que o documento com as 12 “macrodireções” para o Brasil, conforme define, terá a defesa de um projeto nacional desenvolvimentista em que a tônica será o incentivo ao capital nacional, ao empresário local, com bancos públicos adotando taxas de juros de nível internacional a fim de incentivar a produção.

A intenção do plano de governo preparado pelo PDT é criar mecanismos para fortalecer a geração de empregos nas áreas da construção civil, serviços e comércio a fim de alavancar a formação de renda, o consumo e, por tabela, a economia brasileira.

Um dos pontos centrais é mexer diretamente com os juros bancários. O próprio **Ciro Gomes** disse, em evento na Confederação Nacional da Indústria, que planeja mexer nos juros dos bancos públicos para baixar o custo do investimento no país.

Lupi fez críticas ao uso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como financiador dos grandes grupos nacionais e afirmou



que o objetivo é “democratizar” o acesso a financiamentos públicos.

Lupi confirmou que a proposta deve conter sugestões referentes à diminuição de incentivos fiscais. Ciro fala em fazer um corte linear em 15 por cento nos benefícios a empresas, o que poderia gerar uma economia de 45 bilhões de reais ao ano.

Os 12 Passos para Construção do Brasil, segundo o coordenador da campanha e irmão de Ciro, o ex-governador do Ceará Cid Gomes, vão abordar, além de economia, meio ambiente, segurança pública, educação, saúde e combate à corrupção.

Por enquanto, as medidas serão amplas, sem detalhamento, para que possam ser negociadas com aliados ao longo da campanha.

Reformas - Segundo Lupi, as diretrizes deverão conter sugestão sobre uma reforma da Previdência. A proposta é que não se mexa em direitos adquiridos e que se olhe apenas para uma mudança das regras previdenciárias de agora em diante.

O plano também deve propor a revisão da atual legislação trabalhista, recentemente reformada no governo Temer com o apoio de partidos que o PDT de Ciro tenta garantir o apoio formal para sua aliança.

Lupi defendeu, por exemplo, mudanças na legislação referente ao trabalho intermitente —em linhas gerais, quando a jornada de trabalho se dá por convocação. Ele também se disse pessoalmente contra a inovação pela qual o acerto em acordos coletivos se sobrepõe ao previsto na legislação, mas ressaltou que esse ponto não foi discutido com ninguém.

O presidente do PDT também defendeu uma nova forma de sustento dos sindicatos, após o fim do imposto sindical. E cutucou o fato de a reforma não ter acabado com a contribuição para custear as entidades patronais.

Plebiscitos - O PDT admite que algumas propostas a serem discutidas por Ciro podem não ter consenso entre o proposto por ele e o Congresso a ser eleito em outubro deste ano. Mas uma das ideias do candidato é levar as questões polêmicas a plebiscito.

Fonte: Brasil247

Alckmin defende entrega da Petrobras e manutenção da política de Temer

Sob a desconfiança do próprio partido e de aliados, o pré-candidato do PSDB à presidência, Geraldo Alckmin, tenta dar sinais ao mercado de que é a solução para o cenário de incerteza e fragmentação da direita nas eleições de outubro. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, ele fez questão de dizer que a agenda de seu governo será manter o que Michel Temer fez e aprofundar na entrega do patrimônio nacional.

Desacreditado, Alckmin disse que não quer privatizar a Petrobras - afinal qual seria o candidato que diria uma sandice dessa às vésperas da eleição -, mas disse que pretende acabar com "o monopólio do refino e privatizar o restante, distribuição, transmissão, parte de gás", além da privatização completa da exploração dos poços maduros da Petrobras.

Além da Petrobras, o tucano defendeu a privatização de outros setores e disse ser favorável à venda das Embraer que acreditar "ser um grande ganho".

Na entrevista, o tucano afirmou que vai manter a política de ajuste fiscal implantada por Temer. "O ajuste será feito pelo lado da despesa e pela retomada da atividade econômica, portanto, não será pelo aumento de imposto", disse. Essa estratégia de falar de impostos é justamente para camuflar as medidas de cortes de investimentos públicos nas áreas sociais, o que tem levado o país a um retrocesso de 20 anos.

Fonte: Portal Vermelho

Isolado, Bolsonaro pode acabar com apenas oito segundos na televisão

Depois de tentativas frustradas de fechar alianças com o PR e o PRP, o pré-candidato Jair Bolsonaro (PSL) pode ser obrigado a escolher um vice do próprio partido (provavelmente Janaína Paschoal, a autora do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff).

Com isso, ficará com apenas oito segundos de tempo nos programas eleitorais da televisão aberta, que começam em 31 de outubro.

Para aumentar o espaço na TV, tido como determinante para o sucesso na eleição, a campanha do militar planeja usar recursos de direito de resposta e, assim, avançar sobre o tempo de outros partidos e coligações. Também é planejado o uso de vídeos na internet.

Nos últimos dois dias, Bolsonaro foi negado pelo PR do ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP) e do senador Magno Malta (ES), e pelo PRP do coronel da reserva Augusto Heleno Ribeiro. A intenção do PSL era que Malta ou Heleno Ribeiro fossem vice na chapa.

Fonte: Congresso em Foco

Auxílio-acidente pode ser concedido depois do auxílio-doença se ficarem sequelas

O auxílio-acidente pode ser concedido depois do fim do auxílio-doença se forem comprovadas sequelas. Com esse entendimento, a Turma Regional Suplementar do Paraná do Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou, por unanimidade, que o INSS



implante o benefício de auxílio-acidente após o término do prazo do auxílio-doença de um segurado em 45 dias.

Segundo a decisão, o auxílio-acidente é devido quando o segurado padece, após acidente não relacionado ao trabalho, de seqüela irreversível, redutora da capacidade de exercer a sua ocupação habitual. A decisão foi tomada no início de julho e reformou sentença de primeiro grau.

O autor da ação tem 40 anos, mora em Califórnia (PR), e é auxiliar de produção em uma fábrica de móveis. Ele foi vítima de um atropelamento em 2007 e passou a receber auxílio-doença por dois meses. Terminado o prazo, ele requereu auxílio-acidente, que foi negado administrativamente, levando-o a ajuizar ação em primeiro grau. O pedido foi negado e ele recorreu ao tribunal.

Segundo o relator do caso, desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, o auxílio-acidente é devido ao filiado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas permanentes que impliquem redução da capacidade de exercer a sua ocupação habitual. No caso, o perito identificou que, em decorrência do acidente sofrido, este ficou com sequelas irreparáveis.

O pagamento do benefício deverá retroagir à data em que cessou o auxílio-doença (maio de 2007) acrescido de juros e correção monetária.

Processo 50256846720174049999/TRF

Fonte: Consultor Jurídico



TRT-18ª reconhece validade de dispensa por justa causa de trabalhador que faltava reiteradamente ao trabalho

A Terceira Turma do TRT de Goiás confirmou sentença da 2ª Vara do Trabalho de Goiânia que reconheceu a validade da dispensa por justa causa de trabalhador que havia faltado ao trabalho reiteradas vezes sem justificativa.

No recurso, o trabalhador alegou que a pena aplicada “foi imensamente desproporcional ao fato acontecido”, acrescentando que os supostos motivos que resultaram na justa causa merecem ser revistos. Ele sustentou que a pena poderia ser mais branda, como advertência ou suspensão e requereu a conversão da dispensa por justa causa em dispensa imotivada.

O relator do processo, desembargador Elvecio Moura, acompanhou o entendimento do juiz de primeiro grau, reconhecendo como lícita a resolução contratual por iniciativa da empresa. Ele ressaltou que, no decorrer do vínculo de emprego, o obreiro recebeu duas advertências escritas e três suspensões, sempre em razão de faltas injustificadas. Além disso, observou que todas as advertências e suspensões aplicadas ao obreiro estão assinadas por ele ou por duas testemunhas,

“não havendo elementos nos autos capazes de invalidar/descharacterizar referidos documentos”.

Elvecio Moura também levou em consideração que o trabalhador não apresentou atestado médico ou qualquer outro motivo para justificar as faltas cometidas durante o vínculo mantido com a empresa, “comprovando que o Reclamante não era assíduo ao trabalho e agia com desídia no desempenho de suas funções”. O magistrado ainda destacou que o trabalhador em momento algum pleiteou a restituição de valores supostamente descontados indevidamente a título de faltas injustificadas, “presumindo-se que, de fato, elas ocorreram”.

Dessa forma, os membros da Terceira Turma consideraram lícita a resolução contratual por iniciativa da empregadora, com base no art. 482, alínea ‘e’, da CLT, por desídia no desempenho de suas funções, em virtude das reiteradas faltas injustificadas. O acórdão ainda registrou que a empresa obedeceu corretamente a progressão das penalidades impostas ao obreiro (advertência, suspensão e dispensa).

Processo TRT – RO – 0010184-44.2017.5.18.0082

Fonte: TRT18

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS